



Edição 312 CUTÉ CONTRAFI FETEC

Março / 2018

APÓS PRESSÃO DOS TRABALHADORES Reforma da Previdência é suspensa

Governo não resistiu às manifestações que ocorreram em todo o País e imediatamente retirou do Congresso a pauta da PEC 287, que acaba com a aposentadoria. Vitória dos trabalhadores



manifestação do dia 19 de fevereiro contra a Reforma da Previdência e pelo direito à aposentadoria foi uma demonstração da força dos trabalhadores e do papel dos Sindicatos. As centrais sindicais e os movimentos populares mobilizaram diversas categorias de todo o País que se reuniram na Avenida Paulista para protestar contra o desmonte do governo federal e pressionar os parlamentares para que não votem essa reforma.

O resultado foi imediato e no mesmo dia o Congresso recuou e suspendeu a pauta da Proposta

Milhares de trabalhadores lotaram a Av. Paulista contra o desmonte do governo federal



Bancários de Mogi se uniram às demais categorias e foram a SP protestar

de Emenda à Constituição (PEC) 287. Mas a vitória ainda não está totalmente garantida.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Bancários de Mogi das Cruzes e Região, Clayton Teixeira Pereira, é preciso que todos continuem mobilizados para que não haja nenhuma manobra do governo para ressuscitar a reforma.

"Não podemos vacilar nenhum segundo. Precisamos seguir atentos e mobilizados, pois qualquer deslize pode trazer consequências catastróficas. O ato do dia 19 foi decisivo para mostrar nossa força. Portanto, vamos permanecer unidos e continuar lutando e pressionando o Congresso para que não haja nenhum retrocesso", diz.







FALA PRESIDENTE!Defender o que é nosso



Vivemos um período pósgolpe, de retirada de direitos e ameaças constantes à classe trabalhadora. Esse cenário mostra a necesdidade de fortalecer nossa luta em

defesa do trabalhador.

O primeiro passo é entender que nada cai do céu. Nenhuma conquista vem da bondade dos banqueiros. É resultado da nossa luta que se faz com as greves e inúmeras mobilizações. Nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) nacional, que garante direitos como PLR, vales refeição e alimentação, 13ª cesta, licenças maternidade e paternidade ampliadas, entre outras conquistas, serviu de referência para várias categorias. Mas manter tudo isso exige cada vez mais da nossa força e união.

Os bancários da base do nosso Sindicato estão conscientes disso tanto que aprovaram a contribuição sindical, deliberada em uma assembleia transparente, com expressiva participação e amplo debate entre a categoria.

Fortalecer nossa luta é o caminho para defender conquistas e combater o retrocesso. Por isso, bancário, não fique só. Sindicalize-se, junte-se a nós e vamos juntos defender o que é nosso!

CLAYTON TEIXEIRA PEREIRA É PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE MOGI DAS CRUZES, SUZANO, POÁ, BIRITIBA MIRIM E SALESÓPOLIS

SAÚDE

Casos de LER/Dort podem aumentar

Consideradas a segunda maior causa de adoecimento no trabalho, as LER ou Dort são uma questão de saúde pública mundial. Na categoria bancária, cerca de 30% dos trabalhadores afastados por doença sofrem desse tipo de enfermidade, decorrente da atividade profissional. A reforma trabalhista, junto com a terceirização ilimitada, pode aumentar os casos de acidentes e adoecimentos ocupacionais.

REFORMA TRABALHISTA

Luta por direitos e conquistas depende de contribuição

Bancários entenderam que é preciso continuar a garantir avanços e reconhecem importância de manter Sindicato forte e atuante



Em assembleia, bancários da base do Sindicato aprovaram a contribuição sindical

desmonte do governo federal tem exigido cada vez mais da luta dos movimentos sindicais e, ao mesmo tempo, mostrado a importância de manter essa estrutura atuante. A suspensão da Reforma da Previdência após a grande mobilização dos trabalhadores realizada no dia 19 de fevereiro (veja mais na capa) é um grande exemplo do papel e da força dos sindicatos.

Por isso mesmo essa atuação está sob forte ameaça desde as alterações na legislação trabalhista que atingem em cheio o financiamento da estrutura dos Sindicatos. As investidas do governo em modificar as regras de contribuição sindical têm um objetivo muito claro: enfraquecer a luta e desestabilizar o movimento sindical.

"Se não houver o consentimento de toda a categoria sobre a importância da nossa unidade o Sindicato corre o risco de fechar as portas", alerta o presidente da entidade de Mogi, Clayton Teixeira Pereira.

Ele explica que tão logo a reforma trabalhista entrou em vigor os bancos já iniciaram os ataques: alteraram férias e datas de pagamento unilateralmente e desrespeitaram o direito à homologação no Sindicato, que fiscaliza se a rescisão está correta e orienta sobre os direitos na hora da dispensa.

"Só não houve mais porque nossa Convenção Coletiva de Trabalho, válida até 31 de agosto de 2018, não permite. Mais um motivo que mostra a importância de manter a estrutura

sindical. Por isso mesmo, se não estivermos mobilizados tudo pode ir por água abaixo com o término da vigência da nossa CCT", ressalta.

Assembleia

A exemplo de outras categorias de trabalhadores, os bancários também decidiram por manter a contribuição sindical e disseram sim à luta a favor das conquistas, em assembleia realizada pelo Sindicato no dia 27 de fevereiro. Na oportunidade, os trabalhadores aprovaram os trâmites para o desconto. Sócios e não sócios tiveram o perído dos dias 5 a 7 de março para se opor ao desconto.

Entenda melhor

Correspondente a um dia de trabalho no ano, referente ao mês de março, a contribuição sindical é fundamental para fazer do Sindicato uma estrutura forte e atuante.

Foi a partir da luta dos trabalhadores, organizados pelas entidades sindicais, que a categoria ganhou força para lutar contra o desmonte do governo federal, o que resultou na suspensão da Reforma da Previdência.

Dentro deste papel de defender os direitos dos trabalhadores está também a defesa da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, que é o que assegura, entre outras coisas, direitos como PLR, vales refeição e alimentação, 13ª cesta, licenças maternidade e paternidade ampliadas.

REFORMA TRABALHISTA

HOMOLOGAÇÃO FORA DO SINDICATO é uma roubada. Não caia nessa

A homologação feita fora do Sindicato e do Ministério do Trabalho é uma fria. O alerta é do advogado do Sindicato, Anselmo Antonio da Silva, que pede para que os bancários não caiam nessa roubada. Ele garante que a medida deixa os trabalhadores desprotegidos e pode acarretar uma série de prejuízos. O principal deles é a falta de garantia do pagamento correto dos valores rescisórios.

"É importante chamar atenção para este fato porque desde que a reforma trabalhista entrou em vigor empregados e empregadores têm recorrido a cartórios para finalizar as relações trabalhistas", diz. Esses estabelecimentos, inclusive, oferecem o serviço por meio de uma escritura pública que pode ser emitida de forma eletrônica, sem a necessidade de comparecimento ao local físico.

Entre os principais prejuízos ocasionados por este novo sistema

Revisão das rescisões dos contratos de trabalho fora do Sindicato pode gerar fraudes e sonegações

de homologação estão o aumento dos casos de sonegação de direitos trabalhistas e de fraudes durante o processo.

Segundo Silva, a homologação é o que garante segurança jurídica para trabalhadores e empresários, por isso, precisa ser feita com critérios e de forma transparente.

Como a reforma trabalhista também permite que funcionários e patrões negociem uma demissão de forma direta, os bancos podem se apropriar deste mecanismo para coagir o trabalhador ao consenso.

"O perigo está no fato de que quem fizer essa opção perde o direito ao seguro-desemprego e ganha somente a metade do valor correspondente ao aviso prévio e da multa do FGTS (Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço). Por tudo isso, os bancários precisam ser bem orientados para que não caiam em nenhuma armadilha e os únicos locais que podem fazer isso com garantia são os Sindicatos e a Justiça do Trabalho. É preciso conferir com cuidado todos os valores para que não haja incorreções", explica.



ARTEIRA DE TRABALHO

PREVIDÊNCIA SOCIAL

SILVA: "Sindicatos conferem de forma correta o que está sendo pago ao trabalhador"

TRANSPARÊNCIA



PRESTAÇÃO DE CONTAS: Em assembleia realizada na noite do dia 9 de fevereiro, os bancários da base do Sindicato aprovaram as contas da entidade referentes ao exercício de 2017. No encontro realizado na sede do Sindicato, a diretoria apresentou seu balancete do ano passado e detalhou as despesas e receitas.

MULHER



IGUALDADE DE GÊNERO: O Sindicato foi representado por suas diretoras, Josueli Keller de Almeida e Regina Cardoso de Siqueira na reunião ampliada do Coletivo de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizada no dia 15 de fevereiro. Na oportunidade, foi definida a pauta da Jornada de Luta pelo Estado de São Paulo.

Homenagem ao Dia Internacional da Mulher

































